



Setor de serviços cai 0,1% de julho para agosto, mostra IBGE

Aluguel sobe quase o dobro da inflação em 2026, mostra FipeZap

Página 4

Perdão de dívidas de MEIs terá impacto fiscal, mas redução de custos

Página 3

Previsão do Tempo

Quinta: Chuvas durante o dia e à noite.



Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,03
Venda: 5,03

Turismo
Compra: 5,05
Venda: 5,23

EURO

Compra: 5,59
Venda: 5,60

Brasil abriu 700 mercados para agropecuária desde 2023



O acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia impulsionou em 30,7% as exportações brasileiras para o bloco europeu entre maio e setembro de este ano, na comparação com o mesmo período do ano passado. O dado foi divulgado na terça-feira (13) pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, durante evento em Brasília. Além deste dado, o Brasil abriu 700 mercados internacionais para produtos agropecuários desde 2023.

No acumulado de janeiro a setembro, as exportações brasileiras para a UE somaram US\$ 44,17 bilhões, um crescimento de 20% em relação aos nove primeiros meses de 2025.

Página 3

Governo antecipa meta nacional de educação integral prevista para 2030

Página 2

Câmara dos Deputados abre concurso com salário de R\$ 32 mil

Página 3

Governo federal regulamenta Marco Legal dos Jogos Eletrônicos

Página 6

Esporte

AKSP Interlagos Trophy define os principais candidatos ao título

O campeonato de kart amador AKSP Interlagos Trophy entrou em sua reta final, após a disputa do GP DLT Suprimentos, oitava e penúltima etapa da temporada 2026, no tradicional Kartódromo de Interlagos, em São Paulo (SP).

Os vencedores do GP DLT Suprimentos foram Suzane Carvalho (Mulheres em Ação – Graduadas), Beatriz Marsilli (Mulheres em Ação – Novatas), Rodrigo Hergovich (Sênior), Anderson Tanaka (Santidade Racing), Luiz Paulo Mario (Light), Thiago Vargas (Graduados) e Paulo Policeno (Elite).

Após oito etapas realizadas, Lucimara Reimberg (Mulheres em Ação – Graduadas), Beatriz Marsilli (Mulheres em Ação – Novatas), Rodrigo Hergovich (Sênior), Anderson Tanaka (Santidade Racing), Marcelo Soufira (Light), Elcio Lora (Graduados) e Henrique Morbi (Elite) chegarão na última etapa (17/12) do campeonato na liderança de suas respectivas categorias.

Light teve oitavo vencedor diferente

Uma das categorias mais competitivas e equilibradas, a Light teve Rodrigo Tolosa Ramirez na pole position, seguido de Pedro Escorel – apenas 19 milésimos de segundo mais lento –, e Luiz Paulo Mario em terceiro. Destaque para Beatriz Marsilli, estreando na categoria largando em quarto. O líder do campeonato Marcelo Soufira partiu apenas do 11º posto.

Depois de intensa disputa entre os três primeiros, Luiz

Paulo assumiu definitivamente a ponta nas últimas voltas, para vencer com apenas 0s219 de vantagem sobre Escorel, deixando Ramirez em terceiro. Luiz Paulo Mario passou a ser o oitavo vencedor diferente da classe de Estreantes e Novatos em oito provas realizadas, e assumiu a vice-liderança do campeonato.

Em grande recuperação Soufira terminou em quarto, seguido do estreante Leonardo Almeida e Luis Henrique Pereira. A volta mais rápida (46s317) foi do padre Diogo Alves, oitavo colocado, atrás do jovem (13 anos) Ryan Corrêa Manoel.

Marcelo Soufira manteve a liderança com 203,5 pontos, seguido por Luiz Paulo, com 154, Luis Henrique, 142,5, Elvis Campos, 130,5, Pedro Escorel, 121,5, e José Dourado Barboza fechando os seis primeiros com 113,5 pontos.

Graduados aponta o maior vencedor

O líder da categoria Graduados conquistou a pole position, seguido de Giuliano Sciuilli, Bruno Furlan, Thiago Vargas e Jefferson Jara. Como nesta categoria há inversão de grid para a largada, Jara partiu em primeiro, com Vargas em segundo. Lora partiu do oitavo lugar.

Depois de 23 voltas e com a obrigação de cumprir uma Joker Lap, Thiago Vargas venceu tomou-se o maior vencedor da classe com três triunfos na temporada, com apenas 0s157 de folga para Giuliano Sciuilli, autor da melhor (45s537) passagem. Em terceiro chegou o líder Elcio Lora, seguido de Bruno Furlan, Luis Blanes e Arthur Filipe.



As disputas no GP DLT Suprimentos começaram nas largadas

Elcio Lora sustenta a liderança com 179 pontos, perseguido de perto por Luis Blanes, 163,5, Arthur Camilini, 153,5 e Thiago Vargas, 150,5. Completando os seis primeiros Paulo Daniel, 139 e Giuliano Sciuilli, 129,5.

Elite tem empate de vencedores

Líder da pontuação da Elite, Henrique Morbi foi o mais rápido da tomada de tempos, seguido de Paulo Policeno. No entanto, com a inversão do grid entre os dez primeiros, Policeno largou do nono lugar e Morbi em décimo. Isto não foi impedimento para eles.

Faltando quatro voltas para o final, Policeno estabeleceu a melhor (45s536) marca e acabou deixando Morbi em segundo, que correu com 5 quilos a mais como Lastró do sucesso por ter vencido a etapa anterior. Agora os dois primeiros tem três vitórias. Em

terceiro chegou Rodrigo Parmezani, à frente de Giovanni Guimarães, Cláudio Braga e Leandro Teles.

Henrique Morbi ainda lidera, com 257 pontos, apenas 17 a frente de Paulo Policeno, 240. Em terceiro aparece Rodrigo Parmezani, 160, seguido de Allan Félix, 143, Valdo Gregório, 136, e José de Jesus, 103.

Sênior e Santidade Racing com vitórias de líderes

Com 71 anos de idade, o ex-campeão Jorge Filipe largou da pole position da Sênior, seguido de Edicarlo Tomiazzi, que voltou ao kartismo depois de dois anos e de Anderson Tanaka. A seguir largaram Henrique Morbi, Gerson Roschel e o líder do campeonato, Rodrigo Hergovich, completando os seis primeiros.

Na corrida, Hergovich não teve adversários. Foi passando

O volume do setor de serviços apresentou variação negativa de 0,1% em agosto deste ano, na comparação com o mês anterior. Em julho, a atividade ficou estável, e, em junho, cresceu 0,1%.

Os dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) foram divulgados na quarta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os serviços, no entanto, cresceram 0,6% na comparação com agosto do ano passado, 1,7% no acumulado dos oito

primeiros meses do ano e 2,2% no acumulado de 12 meses.

Com o resultado, o setor está 19,9% acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 0,3% abaixo do maior patamar da série histórica (outubro de 2025).

Em relação à receita nominal, o setor apresentou taxas de crescimento de 0,2% na comparação com julho deste ano, de 6,1% na comparação com agosto do ano passado, de 7,4% no acumulado do ano e de 7,5% no acumulado de 12 meses.

Página 3

Governo antecipa meta nacional de educação integral prevista para 2030

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) terá, em 2027, mais da metade das suas escolas atendendo ao Programa Ensino Integral (PEI). A expectativa é somar 1,2 milhão de estudantes nessas escolas — a maior marca de matrículas da história. Em fevereiro, serão 2.615 escolas no programa (51,44% da rede).

Na comparação com 2022, último ano da gestão anterior, haverá um aumento de 28% no número de escolas. Em relação ao número de matrículas, o aumento em relação a 2022 será de 47%.

Com as novidades, a Educação de SP já alcança duas metas do PNE (Plano Nacional de Educação) para a primeira etapa do novo plano — os primeiros cinco anos do período 2026-2036. A meta do plano estabelece 50% das escolas no modelo até 2030; SP já vai atender em 2027. Outra meta nacional é atender 35% dos estudantes na jornada expandida; SP vai alcançar, com 1,2 milhão de alunos, 40% das 3 milhões de matrículas.

O número deve crescer ainda mais até o fim do próximo ano, com a entrega de novas escolas estaduais que estão sendo



Com as novidades, a Educação de SP já alcança duas metas do PNE (Plano Nacional de Educação) para a primeira etapa do novo plano — os primeiros cinco anos do período 2026-2036

construídas pela FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação) e a segunda etapa de entrega das unidades da Parceria Público-Privada (PPP)

Novas Escolas. Até setembro deste ano, a Educação entregou a primeira etapa da PPP, com 16 unidades.

As 2.615 escolas (51,44% de

prédios da rede) começam o ano letivo, em fevereiro, com as portas abertas para famílias que têm interesse em matricular os filhos em tempo integral.

Nessas unidades, os estudantes têm acesso à ampla possibilidade de desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, construção de projeto de vida, incentivo ao protagonismo juvenil, acompanhamento constante de um professor tutor — uma espécie de “patrono” na rotina escolar — e três refeições diárias.

Programa Ensino Integral

A Educação de SP tem unidades de ensino integral em todas as 91 Unidades Regionais de Ensino. Estão entre as cidades

com escolas que hoje funcionam em tempo parcial e estenderão suas jornadas: a capital, Campinas, Carapicuíba, Diadema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mauá, Osasco, Santo André, Santos, São Carlos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, além de outras cidades do interior, RMSP e litoral.

As escolas construídas por meio da Parceria Público-Privada Novas Escolas e já entregues pelo Estado estão localizadas em Aguiar, Araras, Atibaia, Itapetininga, Jardinópolis, Leme, Limeira, Lins, Olímpia, Ribeirão Preto (que recebeu duas delas), Salto de Pirapora, São João da Boa Vista, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Sorocaba. (Governo de SP)

CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

O vereador Pavanato (PL), que está na campanha presidencial do Flávio (PL) sabia que o filho do Bolsonaro blefiaria ao dizer que não iria ao debate 2º turno na Band/Jovem Pan. Por isso, nada publicamos ontem

PREFEITURA (São Paulo)

O prefeito Nunes (MDB), que está na campanha presidencial do Flávio (PL) sabia que o filho do Bolsonaro blefiaria ao dizer que não iria ao debate 2º turno na Band/Jovem Pan. Por isso, nada publicamos ontem

ASSEMBLEIA (São Paulo)

O deputado André Prado (PL), que está na campanha presidencial do Flávio (PL), sabia que o filho do Bolsonaro blefiaria ao dizer que não iria ao debate 2º turno na Band/Jovem Pan. Por isso, nada publicamos ontem

GOVERNO (São Paulo)

O governador Tarciso (Republicanos), que está na campanha presidencial do Flávio (PL), sabia que o filho do Bolsonaro blefiaria ao dizer que não iria ao debate 2º turno na Band/Jovem Pan. Por isso, nada publicamos ontem

CONGRESSO (Brasil)

O deputado federal Derrite, agora eleito senador (PP/SP) que está na campanha presidencial do Flávio, sabia que o filho do Bolsonaro blefiaria ao dizer que não iria ao debate 2º turno na Band/Jovem Pan. Por isso, nada publicamos ontem

PRESIDÊNCIA (Brasil)

O ex-presidente Bolsonaro (PL), que mesmo em prisão domiciliar é o maior cabo eleitoral 2026 do filho, sabia mais que Flávio blefiaria ao dizer que não iria ao debate 2º turno na Band/Jovem Pan. Por isso, nada publicamos ontem

PARTIDOS (Brasil)

O ex-deputado federal (SP) Costa Neto, ainda dono do agora maior partido no Congresso 2027, sabia que Flávio Bolsonaro (PL) blefiaria ao dizer que não iria ao debate 2º turno na Band/Jovem Pan. Por isso, nada publicamos ontem

JUSTIÇAS (Brasil)

Até entre cristãos e cristãs [protestantes] nas carreiras jurídicas, o documento do Lula (PT) aos protestantes parece messiânico demais para obter mais votos deste eleitorado. A literatura bíblica é riquíssima em atos bem parecidos

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “Como purificará o jovem o seu caminho? Observando-o conforme a tua palavra” Salmo 119:9

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Produtores podem receber crédito do Banco do Povo e fomento do SP Produz para ampliar negócios

Celebrado na quarta-feira (14), o Dia Nacional da Pecuária destaca a importância do setor para o desenvolvimento econômico do país. Para fortalecer a atividade no estado, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SDE) oferece aos pequenos produtores linhas de crédito do Banco do Povo Paulista e também a possibilidade de fomento para fortalecer as cadeias produtivas locais (CPLs) por meio do programa SP Produz.

Criada em 2024, a iniciativa tem como objetivo estimular a auto-organização e promover o desenvolvimento econômico regional. Em Mogi das Cruzes, na região do Alto Tietê, por exemplo, há a CPL do Leite, que recebeu mais de R\$ 700 mil em fomento.

Fábio Kazunori Dan é presidente do Sindicato Rural de Mogi das Cruzes, que é a entidade gestora da CPL do Leite, hoje constituída por cerca de 70 pequenos pecuaristas. A maioria deles vive da produção de leite bovino (vacas) e outra parte de caprinos (cabras).

“A produção de leite hoje é para o mercado regional. Temos uma cooperativa, que ainda é pequena, e precisa se fortalecer para atender mercados maiores”, explica.

Com o fomento, a CPL classificada como madura investiu em qualificação dos profissionais, mas também em consultorias para comercialização, marketing e gestão financeira. O intuito é “tornar a atividade mais rentável, aumentar a produtividade e criar mais sucessores pecuaristas na região”, nas palavras do presidente.

Este ano, a CPL se inscreveu novamente no edital de fomento para pleitear mais recursos e o processo está em andamento. Kazunori Dan ressaltou a importância de programas como o SP Produz: “Quando produtores pequenos, com objetivos em comum, se reúnem, favorece toda a cadeia: comércio, varejo, atacado, a produção de insumos. Isso nos dá otimismo, porque temos recurso para dar o pontapé. É um estímulo importante”.

O Sindicato é o responsável também pela CPL de Funcionária, cultivo de cogumelos, e este ano se inscreveu para reconhecimento da CPL das flores. No estado, há outras duas cadeias produtivas do leite: a de Tupã, em Marília, classificada como consolidada, e a de Andradina, em Araçatuba, que ainda está em desenvolvimento.

Com taxas de juros a partir de 0,35% ao mês e condições facilitadas



Criação de bovinos para produção de leite pode receber crédito do BPP

tadas de pagamento, o Banco do Povo Paulista (BPP) oferece microcrédito de R\$ 200 a R\$ 21 mil a empreendedores formais e informais. De janeiro de 2023 até setembro deste ano, foram 1.601 operações destinadas à criação de animais diversos, desde bovinos, caprinos, aves, suínos até bubalinos, para produção de leite, carne e outros, com desembolso de mais de R\$ 28,5 milhões.

O recurso pode ser utilizado para investimento na aquisição de animais, insumos, equipamentos ou ampliação do negócio.

Para solicitar o crédito, os in-

teressados devem realizar uma atividade produtiva nos municípios contemplados pelo BPP e não possuir restrições cadastrais no Serasa e/ou Cadin Estadual. É preciso realizar um curso de qualificação empreendedora, promovido gratuitamente pelo Qualifica SP ou pelo Sebrae nas modalidades presencial e virtual.

Ao todo, são mais de 570 unidades do Banco do Povo espalhadas pelo estado de São Paulo. Os endereços e a lista dos documentos necessários para solicitar o empréstimo estão disponíveis no site do Banco do Povo. (Governo de SP)

Fundo Social de SP abre 885 vagas em cursos gratuitos das Escolas de Qualificação Profissional



O Fundo Social de São Paulo está com inscrições abertas para 885 vagas em cursos gratuitos de qualificação profissional. As aulas serão realizadas de 26 de outubro a 6 de novembro, em 24 unidades distribuídas pela capital, pela Grande São Paulo e pelo interior do estado. Há opções de turmas nos períodos da manhã, tarde e noite.

Com carga horária de 40 horas, as formações abrangem seis áreas: Beleza e Bem-Estar, Moda e Arte, Construção Civil, Gastronomia, Informática e Administração e Empreendedorismo. Os cursos são realizados em parceria com a Fundação FAT, responsável pela equipe técnica e pedagógica, e oferecem certificado de conclusão aos participantes.

As vagas estão distribuídas entre 10 unidades dos Centros de Integração da Cidadania (CICs), equipamentos públicos estaduais voltados à promoção do acesso à Justiça e à cidadania, e 14 Praças da Cidadania, espaços públicos que reúnem serviços e atividades para a população, com atuação do Fundo Social de São Paulo.

Nos CICs, as aulas serão realizadas nas unidades de Campinas, Ferraz de Vasconcelos e Guarulhos, além de sete unidades na capital: Felício da Vila, Grajaú, Imigrante, Leste, Norte, Oeste e Sul.

Nas Praças da Cidadania, há vagas em Diadema, Embu das Artes, Guarulhos, Hortolândia, Itapevi, Itaquaquecetuba, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Ribeirão Preto, Santo André e São Bernardo do Campo, além das

unidades de São José do Rio Preto e Paraisópolis, na capital.

As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas pelo site cursofussp.sp.gov.br. Os interessados podem se inscrever até 27 de outubro, segundo dia de aulas, conforme a disponibilidade de vagas.

Sobre as Escolas de Qualificação Profissional

As Escolas de Qualificação Profissional são uma iniciativa do Fundo Social de São Paulo voltada à oferta de cursos gratuitos em diferentes áreas de atuação. O programa busca ampliar o acesso à formação profissional, estimular a geração de renda e contribuir para a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade social. (Governo de SP)

Sefaz-SP orienta população sobre como evitar golpes pela Internet

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) reforça a importância de utilizar exclusivamente os canais oficiais para consultar informações, acessar documentos e obter orientações sobre o pagamento de tributos.

A recomendação é que os contribuintes desconfiem e-mails enviados em nome da Secretaria que simulem comunicações oficiais, como intimações fiscais, ou apresentem guias ou QR Code Pix

para pagamento de impostos e outras pendências. A Sefaz-SP não envia esse tipo de comunicação por e-mail.

A Secretaria também alerta para os riscos de abrir anexos ou clicar em links de origem desconhecida, que podem comprometer a segurança dos dispositivos e das informações pessoais dos contribuintes.

Em caso de dúvida, a orientação é acessar diretamente o portal oficial da Sefaz-SP, pelo endereço www.sp.gov.br, para consultar informações e verificar

eventuais pendências. **Como identificar um site ou e-mail suspeito?**

Alguns sinais ajudam a reconhecer possíveis tentativas de fraude:

Confira o endereço: Verifique a extensão do remetente de e-mail ou do site. Os canais oficiais do Governo de São Paulo contêm “sp.gov.br”.

Remetente desconhecido: verifique o endereço completo de quem enviou a mensagem. O uso da palavra “SEFAZ” no nome do remetente não garante

sua autenticidade.

Prazos e ameaças: desconfie de mensagens que exigem providências urgentes e mencionam possíveis penalidades para pressionar o destinatário.

Links e anexos: não clique em botões nem baixe arquivos de mensagens cuja origem não tenha sido confirmada.

Identidade visual: logotipos, nomes de órgãos públicos e documentos aparentemente oficiais podem ser utilizados indevidamente por criminosos. (Governo de SP)

Setor de serviços cai 0,1% de julho para agosto, mostra IBGE

O volume do setor de serviços apresentou variação negativa de 0,1% em agosto deste ano, na comparação com o mês anterior. Em julho, a atividade ficou estável, e, em junho, cresceu 0,1%.

Os dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) foram divulgados na quarta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os serviços, no entanto, cresceram 0,6% na comparação com agosto do ano passado, 1,7% no acumulado dos oito primeiros meses do ano e 2,2% no acumulado de 12 meses.

Com o resultado, o setor está 19,9% acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 0,3% abaixo do maior patamar da série histórica (outubro de 2025).



Em relação à receita nominal, o setor apresentou taxas de crescimento de 0,2% na comparação com julho deste ano, de 6,1% na comparação com agosto do ano passado, de 7,4% no acumulado do ano e de 7,5% no acumulado de 12 meses.

Na passagem de julho para agosto deste ano, o volume cresceu apenas no segmento de serviços prestados às famílias (2,1%). Os serviços de informação e comunicação não apresentaram variação de julho para agosto.

Os outros três segmentos dos serviços caíram de julho para agosto: outros serviços (-1%); transportes (-0,2%); e profissionais, administrativos e complementares (-0,2%).

Turismo

O índice de atividades turísticas – agregado calculado de forma separada dos cinco segmentos do setor de serviços – teve alta de 2,5% de julho para agosto, o segundo resultado positivo seguido, período em que acumulou ganhos de 5,5%.

Com o resultado, o segmento de turismo está 12,4% acima do patamar de fevereiro de 2020 e 1,1% abaixo do ápice da sua série histórica, alcançado em dezembro de 2024. (Agência Brasil)

Durigan defende Receita como plataforma de inteligência do Estado

A Receita Federal deve ser vista sobretudo como ferramenta estratégica do Estado brasileiro, e não só como órgão de arrecadação e fiscalização. De acordo com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o grande volume de informações reunidas pelo Fisco pode orientar políticas públicas, aperfeiçoar mecanismos de controle e aumentar a eficiência da atuação estatal.

Durigan participou, na quarta-feira (14), da abertura do 4º Congresso de Direito Tributário e Aduaneiro.

“Vejo a Receita como plataforma de inteligência do Estado brasileiro, mais do que um mero órgão que tem que coletar tributo.”

A avaliação do ministro tem por base quatro frentes relacionadas à Receita, destacadas em seu discurso: atuação como infraestrutura crítica do Estado; uso de dados para subsidiar políticas públicas; modernização da fiscalização por meio da análise de informações agregadas; incorporação de inteligência artificial.

“A Receita precisa contribuir mais para o desenho de políticas públicas”, acrescentou.

Segundo ele, as informações produzidas pelo órgão podem auxiliar Executivo, Legislativo, Judiciário e órgãos de controle em tomadas de decisão.

O ministro defendeu mudança de paradigma, com maior uso de dados para identificar padrões e anomalias. Como exemplo, citou o trabalho conjunto da Receita com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para monitorar os efeitos da desoneração de combustíveis.

“A fiscalização que nós estamos pedindo é uma fiscalização que olha para o dado agregado”, afirmou, ao destacar, nesse contexto, o potencial da inteligência artificial.

De acordo com ele, o volume de dados que passará a ser compartilhado entre União, esta-

dos e municípios, com a implementação da reforma tributária, ampliará significativamente a capacidade analítica da Receita.

Como exemplo das possibilidades abertas por esse modelo, o ministro citou a Operação Carbono Oculto, investigação que apura estruturas de lavagem de dinheiro usadas para ocultar os reais controladores de empresas ligadas ao setor de combustíveis, incluindo a aquisição de uma das maiores distribuidoras do país.

Em uma das fases da operação, foram identificadas movimentações de cerca de R\$ 11 bilhões por diferentes camadas da estrutura investigada. A investigação revelou o uso de fintechs e de pelo menos 40 fundos de investimento para ocultação patrimonial e blindagem de recursos, dificultando a identificação dos reais controladores dos ativos e da origem do dinheiro utilizado nas operações.

Mais do que os resultados da operação, Durigan destacou o método empregado. Para ele, a análise de grandes bases de dados permite identificar estruturas que fogem aos padrões comuns do mercado e direcionam investigações de forma mais eficiente.

Durigan mencionou também, com base em uma apresentação feita pela equipe da Receita, estruturas associadas à Reag e ao Banco Master como exemplos de casos que chamaram a atenção por apresentarem características atípicas.

Para o ministro, a combinação entre análise de dados, integração de informações e inteligência artificial pode ampliar a capacidade do Estado de formular políticas públicas e aperfeiçoar a fiscalização.

“A Receita Federal pode mudar o patamar de funcionamento do Estado brasileiro para um patamar de um Estado eficiente e inteligente.” (Agência Brasil)

Perdão de dívidas de MEIs terá impacto fiscal, mas redução de custos

O projeto de lei complementar que prevê o perdão de dívidas de microempreendedores individuais (MEIs) terá impacto fiscal de R\$ 3,04 bilhões entre 2027 e 2029, informou na noite da terça-feira (13) o Ministério da Fazenda. A proposta, encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional, abrange débitos inscritos na Dívida Ativa da União e busca beneficiar milhões de pequenos empreendedores.

De acordo com a justificativa do projeto, a renúncia de receita será distribuída ao longo de três anos. O perdão abrangerá o valor principal das dívidas, além de juros, multas e encargos legais, desde que os débitos tenham sido inscritos até 13 de outubro de 2026.

Em nota, o Ministério da Fazenda justificou a proposta pelo custo administrativo da cobrança e pela baixa perspectiva de recuperação de parte dos recursos.

“Manter a cobrança desse volume de dívidas gera altos custos administrativos para o governo, sem a garantia de que o dinheiro será efetivamente arrecadado”, afirmou a pasta.

O ministério acrescentou que a iniciativa permitirá concentrar esforços na cobrança de débitos com maior possibilidade de recuperação e oferecer alívio financeiro aos empreendedores.

Impacto fiscal

Segundo o Ministério da Fazenda, a medida representará uma redução na arrecadação federal nos próximos anos. A estimativa de impacto fiscal está dividida da seguinte forma: 2027: R\$ 1,12 bilhão; 2028: R\$ 1,01 bilhão; 2029: R\$ 909 milhões; Total: R\$ 3,04 bilhões.

A proposta dispensa a adoção de medidas de compensação pela renúncia fiscal, conforme previsto no texto do projeto. Também estabelece uma exceção à regra que restringe a criação de novas renúncias de receita em 2027.

Dívidas acumuladas

Atualmente, os MEIs acumulam R\$ 12,86 bilhões em débitos inscritos na Dívida Ativa da União, distribuídos entre aproximadamente 3,67 milhões de devedores.

Desse montante, cerca de R\$ 11,05 bilhões são classificados como créditos de difícil recuperação ou irreperíveis, segundo dados apresentados pelo governo. O valor recuperável dos créditos abrangidos pela medida é estimado em aproximadamente R\$ 916 mil.

Regras para perdão

Para ter direito ao benefício, o microempreendedor deverá cumprir algumas condições previstas no projeto:

Ter dívidas inscritas na Dívida Ativa da União até 13 de outubro de 2026;

Manter em dia os pagamentos mensais do MEI durante os seis meses seguintes ao início da vigência da lei;

Renunciar a eventuais disputas judiciais contra a União relacionadas aos débitos abrangidos.

Caso o beneficiário volte a ficar inadimplente durante o período exigido, o perdão será cancelado, conforme o texto da proposta.

A regulamentação dos procedimentos ficará a cargo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), responsável por detalhar como os empreendedores poderão acessar o benefício.

Próximas etapas

O projeto ainda precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional para entrar em vigor. A previsão do governo é que a lei passe a valer em 1º de janeiro de 2027, caso seja aprovada.

No Brasil, há atualmente 17,56 milhões de MEIs ativos. Desse total, mais de 3,6 milhões têm débitos inscritos na Dívida Ativa da União, segundo os dados apresentados pelo governo federal. (Agência Brasil)

Brasil abriu 700 mercados para agropecuária desde 2023

O acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia impulsionou em 30,7% as exportações brasileiras para o bloco europeu entre maio e setembro de este ano, na comparação com o mesmo período do ano passado. O dado foi divulgado na terça-feira (13) pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, durante evento em Brasília. Além deste dado, o Brasil abriu 700 mercados internacionais para produtos agropecuários desde 2023.

No acumulado de janeiro a setembro, as exportações brasileiras para a UE somaram US\$ 44,17 bilhões, um crescimento de 20% em relação aos nove primeiros meses de 2025.

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, também destacou os resultados do acordo e confirmou que o comércio bilateral entre os países do Mercosul e da União Europeia aumentou mais de US\$ 6 bilhões desde a aprovação e a entrada em vigor do tratado.

“As exportações brasileiras tiveram uma alta de 10,4% em 2026. Só o acordo Mercosul-União Europeia, de maio até agora, significou uma expansão de 30% das nossas exportações”, declarou Vieira.

O acordo entrou em vigor provisoriamente em 1º de maio, após quase 27 anos de negociações entre os dois blocos.

Expansão

Durante o evento, Elias Rosa afirmou que o crescimento das exportações brasileiras não se restringe ao agronegócio. Segundo o ministro, o comércio exterior do país avançou, em média, 10,5%, em um cenário internacional marcado por tensões geopolíticas e pelo aumento de barreiras comerciais.

O ministro também destacou a ampliação das relações comerciais do Brasil com diferentes mercados e atribuiu os resultados à capacidade de expansão das empresas nacionais e à atuação do governo na promoção do comércio exterior.

“É a pungência do setor privado e a capacidade do setor privado de expandir, sobretudo no agro. A missão número um da nova industrialização do Brasil envolve justamente a agroindústria”, afirmou.

Ao comentar as relações com os Estados Unidos, Elias Rosa classificou o momento como “delicado”, mas defendeu a continuidade das negociações diplomáticas. “Mas não sairemos do diálogo da negociação”, disse.

bilhões para os novos mercados

abertos desde 2023. A projeção da agência é que as vendas para esses destinos alcancem US\$ 80 bilhões nos próximos quatro anos.

André de Paula também afirmou que o Brasil pretende encerrar o ano como o maior exportador mundial de alimentos. “No acumulado US\$ 169 bilhões exportamos do ano, US\$ 2 bilhões abaixo dos Estados Unidos, mas terminaremos o ano como maior exportador de alimentos”, declarou.

O ministro ainda ressaltou os investimentos do governo federal no financiamento da produção rural, incluindo recursos destinados à agricultura empresarial e familiar por meio do Plano Safra.

“Este governo investiu mais de R\$ 610 bilhões no Plano Safra atual para agricultura empresarial e familiar. Nos quatro anos de governo Lula, foram investidos mais de R\$ 1 trilhão. Isso dá conta da importância que conferimos ao agro brasileiro”, afirmou.

De Paula citou ainda a autorização concedida pela China para a exportação brasileira de miúdos suínos e manifestou expectativa de novas aberturas de mercado para produtos agropecuários nacionais. (Agência Brasil)

Meta

Segundo estimativa da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Ape-Brasil), o país exportou US\$ 5,8 bilhões para os novos mercados

abertos desde 2023. A projeção da agência é que as vendas para esses destinos alcancem US\$ 80 bilhões nos próximos quatro anos.

André de Paula também afirmou que o Brasil pretende encerrar o ano como o maior exportador mundial de alimentos.

“No acumulado US\$ 169 bilhões exportamos do ano, US\$ 2 bilhões abaixo dos Estados Unidos, mas terminaremos o ano como maior exportador de alimentos”, declarou.

O ministro ainda ressaltou os investimentos do governo federal no financiamento da produção rural, incluindo recursos destinados à agricultura empresarial e familiar por meio do Plano Safra.

“Este governo investiu mais de R\$ 610 bilhões no Plano Safra atual para agricultura empresarial e familiar. Nos quatro anos de governo Lula, foram investidos mais de R\$ 1 trilhão. Isso dá conta da importância que conferimos ao agro brasileiro”, afirmou.

De Paula citou ainda a autorização concedida pela China para a exportação brasileira de miúdos suínos e manifestou expectativa de novas aberturas de mercado para produtos agropecuários nacionais. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor Cidadania & Economia

Conheça seus Direitos

Resenha da Obra: Uma Breve Teoria do Poder

Por Nicholas M. Merlone

Em tempos de tensões e polarizações políticas, a obra *Uma Breve Teoria do Poder*, de autoria de Ives Gandra da Silva Martins ganha espaço no cenário brasileiro e se mantém atual. O autor é um cidadão completo. Jurista, professor, escritor, cidadão batalhador e idealista, homem íntegro, chefe de família exemplar, líder em todas as áreas que atua. Um homem simples. Seu livro em pauta talvez pareça estranho. Conforme exposto em sua introdução: “escreverei uma breve história de poder, mas afirmar que uma teoria é breve causa espécie”.

A obra esclarece que a análise de uma Teoria de Poder não pode deixar de lado a origem do instinto de sobrevivência. Uma real Teoria do Poder, conforme o autor reflete, parte do princípio de quem o pretende o desejo por uma ferramenta de sobrevivência, que repercuta numa ambição sem limites pelo comando que reside em todos os aspectos da vida humana.

Os diversos capítulos que integram a obra levam o leitor a exercer plenamente a cidadania. Realmente, consiste em uma singular contribuição do pensador. Já a conclusão do apêndice deve ser destacada: “A espinha dorsal de nosso Teia Supremo é boa e, nada obstante as suas imperfeições, mantém o que é essencial numa democracia, ou seja, o poder controlando o poder, em equilíbrio entre os três poderes”.

De fato, *Uma Breve Teoria do Poder*, consiste em um dos clássicos de nossa literatura jurídica e política, sendo uma obra que defende tese audaciosas: em todos os momentos da história, seja em períodos de esplendor moral e material, seja em períodos de decadência acentuada, os detentores do poder se preocupavam antes com a manutenção de suas posições de mando que em prestar serviços à sociedade. Embora distingua-se políticos e estadistas, o autor não hesita em ressaltar que mesmo os mais destacados estadistas da história tiveram de buscar a demagogia.

Finalmente, esta é a 4ª. edição da obra - revista e ampliada - vem com um prefácio de Michel Temer, constitucionalista emérito e ex-presidente da República. Enfim, uma obra que deve ser lida por todos aqueles que desejam conhecer mais sobre o tema e exercer sua cidadania de forma plena.

Nicholas Maciel Merlone - | Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor. Instagram: @nicholasmerlone | Contato: nicholas.merlone@gmail.com



Câmara dos Deputados abre concurso com salário de R\$ 32 mil

A Câmara dos Deputados abriu concurso público para cargos de analista legislativo, com remuneração de R\$ 32.070,88 e jornada de 40 horas semanais. O edital prevê 66 vagas imediatas e 118 para cadastro de reserva. São 11 cargos que exigem formação de nível superior.

As inscrições começam às 10h desta quinta-feira (15) e vão até às 18h de 17 de novembro, no site do Cebrape, banca organi-

zadora do concurso. A taxa é de R\$ 130, com pagamento até 19 de novembro. Há possibilidade de solicitar isenção entre 15 e 23 de outubro, conforme os critérios previstos no edital.

As provas objetivas e discursivas estão previstas para 17 de janeiro de 2027 e serão aplicadas nas capitais dos 26 estados e no Distrito Federal. A seleção terá caráter eliminatório e classificatório, e os aprovados serão lotados

exclusivamente em Brasília (DF).

COMO SE INSCREVER?

- 1 - Acesse o site do concurso
- 2 - Preencha o formulário de inscrição online e selecione o cargo e a área desejados
- 3 - Confira os dados informados e conclua a solicitação dentro do prazo
- 4 - Gere a Guia de Recolhimento da União (GRU Cobrança) disponibilizada pelo sistema

5 - Pague a taxa de R\$ 130 até 19 de novembro

6 - Guarde o comprovante de inscrição ou de pagamento para apresentá-lo quando solicitado. Quem se enquadrar nos critérios previstos no edital poderá solicitar isenção da taxa entre 15 e 23 de outubro, dentro do prazo e pelo sistema de inscrição. O pedido precisa ser acompanhado das informações e dos documentos exigidos. (Folhapress)

Aluguel sobe quase o dobro da inflação em 2026, mostra FipeZap

Os preços dos aluguéis residenciais subiram 7,11% de janeiro a setembro, quase o dobro da inflação oficial medida pelo IPCA no período, de 3,95%, segundo o Índice FipeZAP. Nos 12 meses até setembro, a alta foi de 9,13%, ante 4,58% do IPCA e 3,34% do IGP-M.

Segundo Mariângela Silva, economista do Grupo OLX, a combinação de aluguéis ainda em alta e financiamento imobiliário mais restritivo pode manter a pressão sobre o mercado de locação.

O Índice FipeZAP de Locação Residencial avançou 0,52% em setembro, após alta de 0,55% em agosto. Em abril, o indicador havia subido 1,04%.

A sequência mostra uma moderação gradual dos aumentos, mas não uma queda generalizada dos preços: 31 das 36 cidades monitoradas registraram valorização no mês passado.

A desaceleração pode refletir uma combinação de fatores, incluindo menor espaço para novos reajustes, limitações de pa-

gamento das famílias e condições de oferta e demanda em cada mercado local, afirma Mariângela.

Ela ressalta que a evolução dos preços varia entre as cidades e que o ritmo mais lento de crescimento não significa que o mercado tenha deixado de se valorizar.

O levantamento acompanha anúncios de apartamentos prontos em 36 cidades brasileiras, incluindo 22 capitais. O índice considera os preços pedidos para novos aluguéis e não incorpora os reajustes dos contratos já vigentes, que seguem as condições estabelecidas entre proprietários e inquilinos.

De acordo com o estudo, os preços anunciados para alugar continuam avançando em ritmo superior ao dos imóveis à venda. A alta acumulada em 12 meses dos preços de venda de imóveis residenciais foi de 5,51% em setembro, segundo o Índice FipeZAP.

Segundo a economista, os valores de aluguel tendem a rea-

gir mais rapidamente às mudanças nas condições econômicas, enquanto as transações de compra e venda envolvem etapas e negociações que podem tornar os preços menos flexíveis.

Juros elevados e condições mais restritivas de financiamento também podem levar algumas famílias a adiar a compra de um imóvel e permanecer no mercado de aluguel. Se a oferta de unidades para locação não acompanhar o crescimento da demanda, os preços podem continuar pressionados.

A economista diz, porém, que a escolha entre comprar e alugar não depende apenas da trajetória dos preços. A capacidade financeira das famílias, as necessidades de moradia e as condições de oferta em cada região também influenciam a decisão.

Com R\$ 65,78 por metro quadrado em setembro, São Paulo continua na liderança do preço médio anunciado para locação residencial entre as capitais, segundo o FipeZap. Recife aparece em segundo lugar, com R\$

64,39 por metro quadrado, seguida por Belém, com R\$ 62,25. Rio de Janeiro, com R\$ 61,86, e Florianópolis, com R\$ 61,81.

Considerando a amostra completa, que inclui também cidades fora das capitais, Barueri (SP) apresenta o maior preço médio, de R\$ 71,96 por metro quadrado.

Na capital paulista, o aluguel acumulou alta de 4,93% em 2026 e de 6,22% em 12 meses. Embora os preços tenham subido menos do que a média nacional no intervalo anual, São Paulo permanece como o mercado mais caro entre as capitais analisadas.

Os valores variam conforme o tamanho do imóvel. Na média das cidades monitoradas, apartamentos de um dormitório registraram o maior preço anunciado, de R\$ 72,68 por metro quadrado. Unidades de dois dormitórios tiveram média de R\$ 51,41 por metro quadrado, enquanto imóveis de três dormitórios ficaram em R\$ 47,22 por metro quadrado.

Fortaleza registrou a maior valorização acumulada dos alu-

guéis entre as cidades pesquisadas, com alta de 16,59% em 12 meses até setembro. Natal veio em seguida, com avanço de 16,51%, à frente de Aracaju, com 15,52%.

O Rio de Janeiro teve aumento de 14,80% no período, enquanto Vitória registrou alta de 14,22% e Teresina, de 13,68%.

Na comparação mensal, Goiânia liderou os aumentos, com avanço de 1,15% em setembro. Macéio teve alta de 1,06%, seguida por Florianópolis, com 1,02%. Na outra ponta, Brasília foi a capital com a maior queda mensal, de 0,53%. Curitiba recuou 0,19%, e Aracaju, 0,16%. Apesar das quedas pontuais, 31 das 36 cidades pesquisadas registraram aumento nos preços em setembro.

A rentabilidade média estimada do aluguel residencial no Brasil ficou em 6,13% ao ano em setembro, de acordo com o FipeZAP. O indicador, conhecido como *rental yield*, relaciona o valor anunciado de locação ao preço de venda dos imóveis e

estima o retorno bruto obtido com o aluguel.

A rentabilidade varia conforme o tipo de imóvel e a localização. Unidades de um dormitório apresentaram retorno estimado de 6,74% ao ano, acima da média nacional. Entre as capitais, Recife teve o maior rendimento, de 8,30%, seguida por Curitiba, com 8,18%, e Belém, com 8,15%. Em São Paulo, a taxa foi de 6,43%.

A valorização dos aluguéis e a renda recorrente podem contribuir para o retorno do investimento imobiliário, mas não bastam, isoladamente, para determinar sua atratividade. O cálculo não desconta necessariamente custos como manutenção, impostos, administração e períodos sem inquilinos.

“O investidor deve analisar o retorno do imóvel de forma composta, pois o ganho efetivo do investimento imobiliário vem de dois cenários simultâneos: o fluxo previsível gerado pelo aluguel e a valorização patrimonial do imóvel ao longo do tempo”, afirma Mariângela. (Folhapress)

CCJ do Senado conclui votação da PEC da Segurança Pública

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado concluiu, na quarta-feira (14), a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública.

O texto agora está pronto para análise no plenário do Senado. Se aprovada sem alterações, a PEC 18 de 2025 será promulgada uma vez que já foi aprovada na Câmara.

De autoria do Poder Executivo, a PEC estabelece penas mais duras e regimes de prisão mais restritos para chefes de facções e milícias e cria um novo pacto federativo entre União, estados e municípios para o enfrentamento ao crime no Brasil.

Essa proposta foi uma das prioridades do atual governo para área da segurança, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometendo criar um ministério da segurança pública após aprovação da PEC.

O texto base da proposta foi aprovado no início de setembro, ficando pendente a análise de três destaques que seriam votados hoje com sugestões de mudanças.

Os requerimentos, porém, não foram votados porque os autores dos requerimentos Carlos Portinho (PL-RJ) e Alessandro Vieira (MDB-SE) não estavam presentes na sessão.

O presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA), justificou, com base no Artigo 300 do regimento interno do Senado, que os destaques apresentados ficariam prejudicados com a ausência dos senadores.

“Não tendo solicitado a palavra o autor do destaque para encaminhamento, ficam prejudicados os destaques”, disse.

Alencar informou à imprensa que conversou com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para votar o tema no plenário ainda antes do segundo turno das eleições, marcadas para 25 de outubro.

“Pelo que o Davi me falou ontem, nós temos condição de aprova-la ainda nesse período antes do segundo turno. Vamos trabalhar por isso, para que a matéria possa ser promulgada e o presidente [Lula] possa criar o Ministério da Segurança Pública do país.”

APEC

Entre outras medidas, APEC propõe a constitucionalização do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), alterando o Artigo 144 da Carta Magna, que trata da segurança pública.

A proposta inclui que a segurança deve ser exercida “em regime de cooperação federativa” e “por meio da atuação in-

tegrada e descentralizada” das diferentes instituições que trabalham com o tema.

“Art. 144-A. Os órgãos de segurança pública articulam-se em regime de cooperação federativa, por meio do Sistema Único de Segurança Pública, destinado a assegurar a eficiência da prevenção, da persecução e da execução penal”, define o texto.

Fações e milícias

A PEC estabelece penas mais duras e regimes especiais de prisão para os chefes de facções e milícias, como prisão em unidades de segurança máxima e restrição ou vedação à progressão de penas.

Também são previstas medidas patrimoniais contra o produto do crime, a responsabilização de pessoas jurídicas envolvidas e a proteção a denunciantes e seus familiares.

Outra novidade da PEC é a possibilidade de criação de polícias municipais de natureza civil, submetidas ao controle externo do Ministério Público, com a atribuição de realizar policiamento ostensivo e comunitário no âmbito das cidades onde atuam.

A PEC amplia atribuições da Polícia Rodoviária Federal (PRF), prevê a criação de polícias municipais e aumenta a vinculação do orçamento público para segurança pública.

Fundos de financiamento

Segundo a PEC, 50% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) serão repassados pela União para os estados e municípios, excluídas despesas de custeio e investimento da polícia penitenciária nacional do Funpen.

“As regras de financiamento fortalecem o FNSP e o Funpen, criam vinculações e blindagens orçamentárias e garantem repasses obrigatórios. Essas medidas aumentam a previsibilidade financeira, garantindo a perenidade das ações policiais”, escreveu o relator.

A PEC ainda prevê que 10% do superávit financeiro anual do Fundo Social, ligado ao pré-sal, sejam destinados aos fundos da segurança, “reforçando o financiamento contínuo das políticas nacionais de segurança pública e execução penal”.

A proposta ainda prevê a criação do Sistema de Políticas Penais, responsável pelo sistema prisional brasileiro, e autoriza União, estados e municípios a atuarem conjuntamente na legislação sobre segurança pública, organização de polícias, guardas municipais e sistema socioeducativo. (Agência Brasil)

Confiança da indústria sobe em outubro, mas setor segue pessimista

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (IcEI) subiu 1,3 ponto em outubro, para 46,2 pontos, segundo pesquisa divulgada na quarta-feira (14) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Apesar da melhora, o indicador permanece abaixo dos 50 pontos, faixa que separa a confiança da falta de confiança. Com isso, a indústria brasileira completa 22 meses consecutivos sem confiança.

O avanço foi impulsionado pela melhora nas expectativas dos empresários para os próximos seis meses. Em contrapartida, a avaliação sobre as condições atuais das empresas e da economia piorou, atingindo o menor nível desde julho de 2020, durante a pandemia de covid-19.

O Índice de Expectativas,

que mede as perspectivas para os próximos seis meses, subiu 2,1 pontos em outubro, alcançando 49,3 pontos. O resultado aproxima o indicador da linha dos 50 pontos e sinaliza uma redução do pessimismo dos empresários nos próximos 180 dias.

O índice considera as perspectivas para o desempenho das próprias empresas e para a economia brasileira. Embora tenha apresentado avanço, ainda permanece abaixo do patamar que indica confiança.

Condições atuais

Na contramão das expectativas, o Índice de Condições Atuais recuou 0,2 ponto em outubro, passando para 40 pontos. Esse é o menor resultado desde julho de 2020.

A queda foi influenciada principalmente pela avaliação

negativa dos empresários sobre a situação de suas próprias empresas.

Segundo Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI, a percepção desfavorável está relacionada à redução da demanda por produtos industriais, à pressão dos custos e às incertezas no cenário internacional.

“Esse patamar bastante negativo é explicado por uma série de fatores. Alguns elementos já vêm de algum tempo, como a queda da demanda por produtos industriais, mas outros, mais recentes, agravaram o quadro”, explicou Azevedo em nota.

A CNI também destacou que os custos elevados têm pressionado a saúde financeira das empresas, agravando as dificuldades enfrentadas pelo setor.

Confira os principais resultados do levantamento de outubro: IcEI: 46,2 pontos, alta de 1,3 ponto; Índice de Expectativas: 49,3 pontos, avanço de 2,1 pontos; Índice de Condições Atuais: 40 pontos, recuo de 0,2 ponto; Período sem confiança: 22 meses consecutivos.

Metodologia

A pesquisa da CNI foi realizada entre 1º e 7 de outubro, com 1.103 empresas industriais de diferentes portes em todo o país.

A amostra foi composta por 456 pequenas empresas, 414 médias e 233 grandes empresas. O IcEI reflete a percepção dos empresários sobre a situação atual da indústria e as perspectivas para os seis meses seguintes. Resultados abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança no setor. (Agência Brasil)

Corte amplo de gastos públicos afetaria área social, dizem economistas

É inviável um corte de gastos públicos no Brasil de grandes proporções que preserve os programas sociais e os reajustes do salário mínimo, pensões e aposentadorias, segundo calculam economistas.

O professor Pedro Paulo Zahluth Bastos, do Instituto de Economia da Unicamp, afirmou à Agência Brasil que cortes expressivos, como os de cerca de R\$ 200 bilhões discutidos durante a campanha presidencial, tendem a alcançar as áreas sociais.

“Cerca de 90% do gasto primário federal é obrigatório: Previdência, BPC [Benefício de Prestação Continuada], pessoal, pilos de saúde e educação, Bolsa Família. O que sobra, as despesas discricionárias, soma pouco mais de R\$ 200 bilhões”, disse.

Bastos acrescenta que, dentro das despesas discricionárias, que são aquelas que podem ser usadas livremente pelo governo, estão os investimentos, além dos custeios de universidades, de hospitais federais e da Polícia Federal (PF).

“Um corte de R\$ 200 bilhões que preserve os benefícios sociais zera o resto. Se não zera, entra nos benefícios. Não há terceira opção”, concluiu o economista.

A professora de economia Maria Lourdes Mollo, da Universidade de Brasília (UnB), explicou que não é possível fazer cortes substanciais no orçamento público sem afetar a área social.

“Não apenas em função das políticas sociais especificamente, que seriam comprometidas, mas porque os gastos públicos têm um efeito multiplicador na renda e no emprego que é perdido”, disse.

A professora sustenta que as despesas públicas contribuem para estimular a economia e que, com as altas taxas de juros praticadas no Brasil, os cortes de gastos tendem a causar retração na economia como um todo.

“Além disso, como a arrecadação cai com o produto, o que será destinado para educação e saúde, que é uma proporção da receita, cai também”, acrescentou.

Após defender um “tesourão” inspirado no governo de Javier Milei, que fez cortes em áreas como saúde, educação e alimentação na Argentina, o candidato Flávio Bolsonaro tem sustentado que não pretende reduzir programas e benefícios sociais caso seja eleito.

Na equipe de Lula, o discurso é de que o ajuste fiscal será necessário em um eventual quarto mandato, mas que ele seria gradual e ao longo dos quatro anos.

Em entrevista exclusiva à Folha de São Paulo, o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, projeta sair de um déficit das contas públicas de 0,5% do PIB neste ano para um superávit de 1,5% em 2030.

“Nós estamos falando de desacelerar despesas obrigatórias, compatizar o direito das pessoas com o processo de manter as contas públicas em ordem”, afirmou Moretti.

Corte de 1,5% do PIB

Em agosto deste ano em entrevista à Globo News, a coordenadora da equipe econômica de Flávio Bolsonaro, Daniella Marques, afirmou que o plano prevê mudanças nas regras fiscais para controlar a dívida pública, o que inclui um ajuste de 1,5% do Produto Interno Bruto, algo em torno de R\$ 190 bilhões, considerando o PIB de 2025.

O candidato Luiz Inácio Lula da Silva apontou que o “tesourão” de Flávio deve prejudicar os aposentados e pensionistas do INSS e os beneficiários dos programas sociais, o que é negado pelo senador fluminense.

“Eu não vou fazer economia em cima de quem precisa, das pessoas mais carentes desse

Brasil”, reforçou o presidencialismo do PL.

Supersalários e desperdícios

Nos últimos dias, a campanha de Flávio tem defendido que os cortes seriam limitados aos supostos privilégios do funcionalismo público, como os supersalários, entre outras despesas na máquina pública. Ele também defende aumentar as ações de combate às fraudes.

O professor Pedro Paulo destaca que essas despesas somam alguns bilhões, não centenas de bilhões.

“Supersalários e penduricalhos acima do teto são um problema de justiça, não de orçamento. Extinguir dez ministérios economiza o custo administrativo, que é pequeno; o dinheiro está nos programas que os ministérios executam”, comentou.

Ainda segundo o especialista, combater fraudes no INSS pode render recursos uma vez, mas não o ano todo. “Nenhum governo cortou R\$ 200 bilhões em desperdício. Quem cortou, cortou da população”, completou.

Para o economista da Unicamp, a única forma de chegar a cortes de 1,5% a 2% do PIB é por meio de cortes em despesas obrigatórias ou mudanças nos cálculos dos reajustes dos benefícios atuais.

“Ninguém perde o benefício de hoje, perde o reajuste de amanhã. O aposentado que ganha um salário mínimo deixa de ter o ganho real que teve todos os anos desde 2023. Em dez anos, isso é uma reforma da Previdência feita sem votar reforma da Previdência”, pontuou.

Juros pressionam a dívida

O corte de gastos públicos é uma das principais exigências do mercado financeiro para os governos e candidatos sob o argumento de que as despesas pressionam a dívida públi-

ca e colocariam em risco a sustentabilidade das contas do Estado brasileiro.

O professor da Unicamp Pedro Paulo Bastos destaca que o principal fator que pressiona o déficit público são os juros, que vêm consumindo cerca de R\$ 1 trilhão ao ano. O Brasil alcançou, em setembro, as maiores taxas reais de juros do mundo, segundo a consultoria Moneypool.

“O setor público tem déficit de 0,6% do PIB. Os juros custam 8,9% do PIB. Cortar 1,5% do PIB de quem recebe aposentadoria e Bolsa Família, enquanto se paga 8,9% do PIB a quem tem título público, não é ajuste. É escolha de quem paga”, comentou.

Arcação Fiscal

Ainda no início do atual governo Lula, foi aprovado o Novo Arcação Fiscal, que limitou o crescimento das despesas em relação ao PIB de acordo com o crescimento da receita.

O candidato à reeleição tem prometido manter esse arcação, que, segundo o plano de governo de Lula, “controlou o crescimento das despesas sem prejudicar as políticas sociais e permitiu uma redução significativa do déficit primário”.

O candidato do PT tem defendido que o resultado fiscal virá pela “retomada do crescimento econômico, do controle do aumento do gasto primário, investindo na melhoria da eficiência e da qualidade do gasto público”.

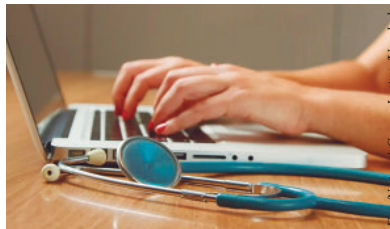
A campanha de Flávio tem defendido mudanças no atual arcação fiscal focadas na “estabilização e na redução da dívida pública” para entregar superávits primários e limitando o crédito subsidiado.

“A meta é alcançar, no menor prazo possível, a estabilização e depois a queda da relação Dívida/PIB”, diz o documento oficial da campanha do PL. (Agência Brasil)

Candidato já pode conferir onde fará reaplicação da PND, no domingo

Saúde

Enamed 2026: cartão que confirma reaplicação está disponível



Os participantes do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) 2026 que tiveram a solicitação de reaplicação autorizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) podem consultar o local onde farão a prova, neste domingo (18) em todo o país.

A informação do endereço está no Cartão de Confirmação da reaplicação do exame, disponível na Página do Participante dentro do Sistema Enamed.

A reaplicação é destinada somente aos candidatos que faltaram à aplicação regular do Enamed 2026, em 13 de setembro, porque foram comprovadamente afetados por problemas logísticos no dia da prova ou que estavam infectados por uma das doenças contagiosas listadas no edital.

Após a reaplicação, em 18 de outubro, o gabarito preliminar da reaplicação do exame será divulgado em 20 de outubro.

Os participantes poderão apresentar recursos entre 20 e 22 de outubro.

O resultado dos recursos, o gabarito definitivo e o resultado final do exame estão previstos para 4 de dezembro.

Enamed - Criado pelo Ministério da Educação, o Enamed tem duas funções principais: avaliar a formação dos estudantes de medicina no Brasil e servir de critério para processos seletivos de residência médica de acesso direto, como no processo unificado do Exame Nacional de Residência (Enare).

O exame será aplicado obrigatoriamente a cada seis meses a partir de 2027 a todos os estudantes concluintes de cursos de medicina no Brasil.

Em junho deste ano, o Inep formalizou que o Enamed valerá de instrumento de avaliação da proficiência dos estudantes de medicina e da qualidade dos cursos de graduação.

Com isso, os formados só poderão se inscrever no Conselho Regional de Medicina (CRM) se tiverem rendimento suficiente no exame. O registro no conselho é obrigatório para exercer a profissão de médico no Brasil.

A regra está prevista na nova política integrada para a formação em medicina no país, prevista na Medida Provisória 1370/2026. (Agência Brasil)

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) disponibilizou o Cartão de Confirmação da Inscrição para a reaplicação da Prova Nacional Docente (PND) 2026 aos candidatos que tiveram a solicitação aprovada pelo órgão.

A PND será reaplicada em todo o país no próximo domingo (18) e o novo documento traz as informações sobre data, horário, endereço do local da prova e, também, se o candidato terá direito ao atendimento especializado e ao tratamento pelo nome social, se as respectivas solicitações foram aprovadas pelo Inep.

O cartão está disponível online na Página do Participante dentro do Sistema PND, com login da plataforma Gov.br.

Quem teve direito

A reaplicação é para os candidatos que faltaram à aplicação regular do exame, em 20 de setembro, porque foram comprovadamente afetados por problemas



Foto: Rafael Nêdeymer/ABr

logísticos no dia da prova ou que estavam infectados por uma das doenças contagiosas listadas no edital, dentre elas: tuberculose, meningites, varíola, sarampo, rubéola, catapora ou covid-19.

Aprova

A PND é composta por duas partes: formação geral e componente específico.

Os candidatos terão o total de cinco horas e trinta minutos para

responder às questões do exame apelidado de CNU dos Professores ou Enem dos professores.

Cronograma

Após a reaplicação, em 18 de outubro, o cronograma da PND 2026 segue a seguinte ordem: divulgação do resultado da prova e correção preliminar da questão discursiva: 10 de novembro de 2026; prazo para recursos da cor-

reção da questão discursiva: 10 a 12 de novembro; divulgação do resultado final: 15 de dezembro.

PND

Criada pelo Ministério da Educação em 2025, a Prova Nacional Docente tem o objetivo de promover a realização de concursos públicos ou de outros processos seletivos para a contratação de docentes qualificados pelas redes públicas de ensino.

Os resultados obtidos pelos candidatos podem ser usados por estados e municípios que fizeram a adesão formal ao programa. Os entes podem adotá-lo como mecanismo único ou complementar de seleção dos profissionais para trabalhar no magistério público.

A iniciativa federal integra o programa Mais Professores para o Brasil, que reúne ações integradas para valorizar e a qualificar a educação básica pública e incentivar a busca pela carreira da docência no Brasil. (Agência Brasil)

Governo federal regulamenta Marco Legal dos Jogos Eletrônicos



Foto: Paulo Roberto/Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou na quarta-feira (14) o decreto que regulamenta o Marco Legal da Indústria de Jogos Eletrônicos, sancionado em 2024. A medida estabelece diretrizes para fortalecer o setor por meio de ações voltadas à produção nacional, inovação tecnológica, qualificação profissional, internacionalização e proteção da propriedade intelectual.

Segundo o governo, a regulamentação busca dar segurança jurídica ao segmento e estimular o desenvolvimento da indústria brasileira de jogos eletrônicos. O decreto também amplia a integração dos jogos eletrônicos com políticas públicas de cultura, edu-

cação, saúde e acessibilidade.

Durante a cerimônia, Lula afirmou que o objetivo é transformar o Brasil em um produtor de tecnologia e conteúdo digital.

"O Brasil não pode se limitar a ser um grande mercado consumidor de jogos criados em outros países. Temos condições de criar, desenvolver, financiar e exportar nossos produtos, gerando empregos qualificados, renda e inovação", disse.

Trabalho e empreendedorismo

O presidente destacou ainda o potencial dos games para abrir novas oportunidades de trabalho e empreendedorismo, especialmente entre os jovens.

"O papel do Estado é criar

oportunidades. A gente está dizendo para vocês: façam que nós damos a cobertura, porque o Brasil precisa de vocês", afirmou.

Produto cultural

A ministra da Cultura, Margaret Menezes, disse que o decreto consolida o reconhecimento dos games como produtos culturais e obras audiovisuais interativas, permitindo ao setor acessar mecanismos de fomento já existentes.

"Game é cultura, game é audiovisual", ressaltou.

Segundo ela, a regulamentação fortalece a produção nacional, a formação de profissionais e a proteção da propriedade intelectual, além de ampliar o uso dos jogos eletrônicos em iniciativas de educação e saúde, estimular a geração de empregos e impulsionar o desenvolvimento tecnológico.

A ministra também ressaltou o peso econômico da indústria de jogos eletrônicos no país. Segundo ela, o Brasil reúne cerca de 115 milhões de jogadores, está entre os maiores mercados de games do mundo e movimentou entre R\$ 12 bilhões e R\$ 13 bilhões por ano.

Game Brasil

O governo também anunciou a plataforma Game Brasil, destinada à divulgação e promoção de jogos produzidos no país, e uma rede nacional de espaços de formação, pesquisa e desenvolvimento. Para Lula, a política representa uma aposta em setores intensivos em conhecimento.

"O Brasil não pode ser eterno país exportador de soja, de minério de ferro e de milho. O Brasil tem que ser exportador de inteligência, de conhecimento", afirmou.

Aprovada no Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República em 2024, a lei que criou o marco legal dos jogos eletrônicos estabeleceu princípios para o desenvolvimento sustentável do setor e para a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital.

A legislação abrange jogos para computadores, consoles, celulares e plataformas on-line, incluindo aplicações de realidade virtual e aumentada, mas não se aplica a apostas esportivas, jogos de azar e outras modalidades com premiação em dinheiro. (Agência Brasil)

Anvisa proíbe canetas emagrecedoras sem registro vendidas na internet



Foto: Imagem/Agência Brasil

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou na quarta-feira (14) a apreensão de produtos sujeitos à vigilância sanitária à venda no site <https://zyntashop.site> — incluindo a retratutida, a tirzepatida, popularmente conhecidas como canetas emagrecedoras.

A decisão também se aplica aos produtos Retatrutide 120 mg, Caneta Retatrutide 60 mg, Tirzepatide 150mg e Caneta Tirzepatide 75 mg, comercializados na página <https://www.zphcstore.com.br/>, sob responsabilidade da ZPH Contabilidade.

A medida atinge ainda produtos com tirzepatida e retratutida, sem o devido registro, comercializados por meio do endereço eletrônico <https://peptideosdobrasil.com.br/>, além de itens vendidos por meio do site oxygenpharmabrazil.com.br/, incluindo Retagen 40 mg (retratutida).

Em nota, a Anvisa informou que os produtos não podem ser fabricados, importados, distribuídos, divulgados nem utilizados.

"A medida visa a prevenir a utilização pela população, com fundamento no risco sanitário decorrente da disponibilização ao consumo de produtos sem comprovação de regularidade, qualidade, segurança e eficácia."

Sem autorização

A resolução da Anvisa também proíbe os seguintes produtos, anunciados e vendidos por empresa de origem desconhecida:

NAD+ Liberty Pharma
Retatrutida Liberty Pharma
Glow GHK-Cu Liberty Pharma
Tirzepatida Liberty Pharma
GHK-Cu Liberty Pharma

"Vale destacar a retratutida, à venda na internet, é uma substância que ainda não possui registro em nenhum país do mundo. Isso porque a empresa que desenvolve os estudos a respeito do medicamento sequer solicitou o registro à Anvisa ou em qualquer agência reguladora internacional."

Aleagações terapêuticas

Por fim, a publicação atinge ainda diversos produtos fabricados pela empresa Cris Barden Naturopatia Ltda. que, segundo a Anvisa, não têm registro, notificação ou cadastro.

"Os itens são divulgados com alegações relacionadas, entre outras, a ações antifúngica, antimicrobiana, anti-inflamatória, ao alívio de dores, à desparasitação, à desintoxicação e ao fortalecimento da imunidade, ou seja, finalidade compatível com medicamento." (Agência Brasil)

Ações sobre bets aumentam mais de 1.000% na Justiça do Rio

O número de processos sobre bets no Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ) aumentou 1.087% em dois anos. A quantidade de ações cresceu de 58 para 689, entre 2024 e 2026.

As causas envolvem apostas ganhas e não pagas, alteração das "odds" (cotações sobre valores a receber em caso de acerto), bloqueios de contas e saques, além de cláusulas consideradas abusivas.

No dia 25 de setembro, o governo federal proibiu a exploração, oferta e publicidade de apostas e jogos on-line em todo o país.

As empresas com o maior número de ações na Justiça do Rio são a Kaizen Gaming Brasil LTDA, HS do Brasil LTDA e Ana Gaming Brasil, detentoras das marcas Betano, Bet365 e 7K Bet, respectivamente. Contra essas instituições, apostadores cobram mais de R\$ 20 milhões, no total. A Agência Brasil tenta contato com as empresas citadas e deixa o espaço aberto para manifestações.

Em resposta, a Ana Gaming explica que o volume de ações judiciais está atrelado ao porte

de sua operação e à sua base ativa de usuários, não representando o mérito ou o resultado desses processos, nos quais a companhia apresenta sua defesa e cumpre todas as decisões judiciais.

Reflexos

Dados recentes da terceira edição do Boletim Fiscal dos Estados Brasileiros indicam que as famílias brasileiras perderam R\$ 62,5 bilhões com bets em 2025.

O desembargador Peterson Barroso Simão, integrante da Segunda Câmara Criminal do TJRJ, afirma que quando uma atividade passa a absorver recursos nessa dimensão, é natural que seus reflexos cheguem aos tribunais.

"Temos que reconhecer que determinadas práticas podem produzir riscos que exigem informação, limites de publicidade, mecanismos de proteção e fiscalização mais rigorosa. Foi assim em diversos momentos da história."

Para o magistrado, prevenir o problema continua sendo mais eficiente — e menos oneroso para o Estado e para a sociedade — do que esperar que o tema se transforme em milhares de processos.



Foto: Divulgação/TJRJ

"A pessoa que desenvolveu uma relação compulsiva com o jogo não precisa apenas de uma decisão judicial, precisa de tratamento, apoio psicológico, acompanhamento familiar e condições concretas para reconstruir a vida."

Segundo o desembargador, é difícil estabelecer, juridicamente, a relação entre a atividade da plataforma e as consequências que se desenvolvem ao longo do tempo, como o endividamento progressivo, o rompimento de relações familiares ou o agravamento de problemas psicológicos.

"O futuro dessa relação dependerá menos da tecnologia das plataformas e muito mais da capacidade do Estado e da sociedade de estabelecer limites antes que os custos sociais se tornem ainda maiores." (Agência Brasil)